

O ESTADO DO CONHECIMENTO EM SAÚDE ESCOLAR E INTERSETORIALIDADE A PARTIR DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

THE STATE OF KNOWLEDGE IN SCHOLAR HEALTH AND INTERSECTORALITY BASED ON THE SCHOOL HEALTH PROGRAM

Fabricio Moraes Pereira ⁱ

Letícia Carneiro da Conceição ⁱⁱ

Carlos Jorge Paixão ⁱⁱⁱ

RESUMO: Este trabalho investiga o Estado do Conhecimento sobre saúde escolar e intersectorialidade a partir da produção científica acerca do Programa Saúde na Escola (PSE), no período de 2007 a 2025. A pesquisa estrutura-se em quatro etapas sequenciais de interlocução com a literatura: bibliografia anotada, bibliografia sistematizada, bibliografia categorizada e bibliografia propositiva. A partir da análise qualitativa de teses, dissertações e artigos científicos, os resultados revelam predominância de ações a partir do campo da Saúde e desigualdades na produção científica nacional, bem como um escopo técnico e gerencial nas análises. Conclui-se que existem lacunas quanto às abordagens educacionais, subjetivas e territoriais, evidenciando disputas epistemológicas e a necessidade de fomentar perspectivas pedagógicas e amazônicas no âmbito do PSE.

Palavras-chave: Saúde escolar. Programa saúde na escola. Políticas públicas. Intersectorialidade. Estado do Conhecimento.

ABSTRACT: This work investigates the State of Knowledge on school health and intersectorality based on scientific production about the School Health Program (PSE), from 2007 to 2025. The research is structured in four sequential stages of dialogue with the literature: annotated bibliography, systematized bibliography, categorized bibliography, and propositional bibliography. From the qualitative analysis of theses, dissertations, and scientific articles, the results reveal a predominance of actions from the field of Health and inequalities in national scientific production, as well as a

technical and managerial scope in the analyses. It is concluded that there are gaps regarding educational, subjective, and territorial approaches, highlighting epistemological disputes and the need to foster pedagogical and Amazonian perspectives within the PSE.

Keywords: School Health. School Health Program. School Health Services. Public Policies. Intersectoral Collaboration. State of Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

A saúde escolar é uma dimensão estratégica para a promoção da qualidade de vida e do sucesso educacional dos estudantes da educação básica. Desde a segunda metade do século XX, as discussões sobre políticas públicas que integrem os setores da saúde e da educação vêm ganhando força no Brasil, culminando na formulação de programas intersetoriais, como o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007. Estruturado sob a coordenação conjunta dos Ministérios da Saúde e da Educação, o PSE busca promover ações integradas voltadas ao bem-estar físico, emocional e social dos alunos, reconhecendo a escola como espaço privilegiado de atuação em saúde (Buss; Pelegrini Filho, 2007; Pedroso; Vieira, 2009).

Considerando a importância da saúde e educação como fatores determinantes para o bem-estar social e a qualidade de vida, a intersetorialidade fomenta a equidade para as populações diretamente beneficiadas por políticas públicas, como o PSE (Oliveira *et al.*, 2022; Pereira *et al.*, 2022; Cunha; França Junior; Pereira, 2025). Apesar da sua relevância crescente, entretanto, a produção científica sobre saúde escolar e intersetorialidade ainda carece de sistematização e aprofundamento crítico, sobretudo no campo da Educação.

Em geral, os estudos têm sido conduzidos majoritariamente sob a perspectiva do setor saúde, o que limita as possibilidades de compreensão pedagógica, curricular e epistemológica das ações realizadas nas escolas (Pereira *et al.*, 2021a; Oliveira *et al.*, 2022). Soma-se a isso a concentração geográfica das pesquisas nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste do país, com tímida presença de investigações voltadas às especificidades do Norte, especialmente da região amazônica.

Buscando ultrapassar concepções historicamente vinculadas ao higienismo e ao controle sanitário dos corpos, as abordagens mais recentes de saúde escolar procuram alcançar uma perspectiva ampliada de promoção da saúde, na qual a escola assume papel estratégico na formação integral dos sujeitos e na articulação de dimensões biológicas, sociais, culturais e emocionais do desenvolvimento humano. Sob esta análise, as condições de saúde são compreendidas como resultado de determinantes sociais que demandam ações para além do setor sanitário (Buss; Pellegrini Filho, 2007). Nesse contexto, a intersetorialidade se consolida como princípio fundamental para a efetivação de políticas públicas complexas, ao pressupor a construção compartilhada de objetivos, responsabilidades e estratégias entre diferentes setores governamentais e atores sociais (Inojosa, 2001; Junqueira, 2004).

Ao promover a articulação entre Educação e Saúde, o PSE materializa tal proposta, embora sua implementação ainda enfrente desafios relacionados à formação dos profissionais, à coordenação das ações intersetoriais e às desigualdades territoriais existentes no país, tornando relevante a análise da produção científica sobre o tema para identificar tendências, lacunas e possibilidades de fortalecimento da saúde escolar como política pública comprometida com a formação integral, a equidade e a justiça social.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar o Estado do Conhecimento sobre saúde escolar e intersectorialidade a partir das produções científicas que envolvam o PSE. A proposta se fundamenta em uma abordagem qualitativa e teórico-metodológica que compreende o conhecimento como produção histórico-cultural (Morosini; Fernandes, 2014), buscando mapear, sistematizar e refletir criticamente sobre o que tem sido produzido nas teses, dissertações e artigos científicos brasileiros acerca da temática.

Para alcançar esse objetivo, busca-se: (a) mapear a produção científica relacionada ao PSE; (b) sistematizar tendências teóricas e metodológicas presentes no campo; (c) identificar lacunas investigativas; e (d) propor agendas futuras de pesquisa sobre saúde escolar e intersectorialidade.

A escolha pela metodologia do Estado do Conhecimento se justifica por sua potência em revelar os percursos teóricos e metodológicos de um campo, suas principais categorias, lacunas e tendências, contribuindo assim para a consolidação de bases epistemológicas que orientem futuras investigações. Com isso, almeja-se colaborar para o fortalecimento do debate sobre políticas públicas intersectoriais, visibilizando tais contribuições para os processos de cuidado e justiça social.

O artigo foi organizado em quatro seções principais. Inicialmente, apresenta-se o percurso metodológico adotado, fundamentado na abordagem do Estado do Conhecimento. Em seguida, são discutidas as etapas da Bibliografia Anotada e da Bibliografia Sistematizada, que possibilitam o mapeamento da produção científica sobre o PSE. Posteriormente, desenvolve-se a Bibliografia Categorizada, na qual são analisadas as tendências temáticas emergentes do corpus investigado. Por fim, a Bibliografia Propositiva reúne reflexões críticas acerca das lacunas identificadas e aponta possibilidades para futuras agendas de pesquisa no campo da saúde escolar e da intersectorialidade.

2 TENDÊNCIAS, DISPUTAS E LACUNAS NO ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE O PSE

2.1 Metodologia

Este estudo está fundamentado na metodologia do Estado do Conhecimento, procedimento investigativo voltado à sistematização, análise e problematização da produção científica sobre determinado objeto de pesquisa. Tal abordagem permite identificar tendências teóricas, lacunas investigativas e disputas epistemológicas presentes em um campo científico específico, contribuindo para a compreensão crítica do conhecimento produzido (Morosini; Fernandes, 2014; Morosini; Nascimento; Nez, 2021). Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e

analítico, orientada à análise da produção científica brasileira acerca da saúde escolar e da intersectorialidade no âmbito do PSE.

Em relação às fontes de busca, foram utilizadas as bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTD CAPES) e SciELO Brasil, por sua relevância na indexação da produção acadêmica nacional. O Google Acadêmico foi empregado de forma complementar, com o objetivo de auxiliar na verificação de possíveis lacunas ou inconsistências nos resultados recuperados nas bases principais.

Para a realização das buscas, utilizaram-se inicialmente os descritores “saúde escolar” e “intersectorialidade”, combinados por meio do operador booleano *AND*. Entretanto, considerando a baixa recuperação de registros com o termo “intersectorialidade”, optou-se pela utilização do termo “intersectorial”, ampliando o alcance da busca e permitindo a identificação de maior número de trabalhos potencialmente relevantes para análise.

Foram estabelecidos critérios de inclusão que contemplaram produções publicadas entre 2007 e julho de 2025 (período que compreende a instituição do PSE até o momento da pesquisa), teses, dissertações e artigos científicos disponíveis em texto completo, publicações em língua portuguesa e referentes ao contexto brasileiro (considerando a especificidade da política pública analisada), e estudos que abordassem explicitamente saúde escolar, intersectorialidade e o PSE como objeto de investigação.

Como critérios de exclusão, foram descartadas produções duplicadas entre as bases consultadas, registros sem acesso ao texto completo e estudos cujo conteúdo não apresentava relação substantiva com o objeto de investigação.

A aplicação desses critérios resultou inicialmente em 316 registros no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e 48 registros na base SciELO Brasil. Após as etapas de triagem, leitura exploratória e verificação da pertinência temática, constituiu-se o *corpus* final composto por 87 produções científicas, sendo 50 dissertações, 15 teses e 22 artigos científicos, que passaram a compor o material analisado nesta pesquisa, conforme tabela a seguir (Tabela 1).

Tabela 1 – Composição do corpus analisado.

Tipo	Quantidade	%
Dissertações	50	57,5
Teses	15	17,2
Artigos	22	25,3
Total	87	100

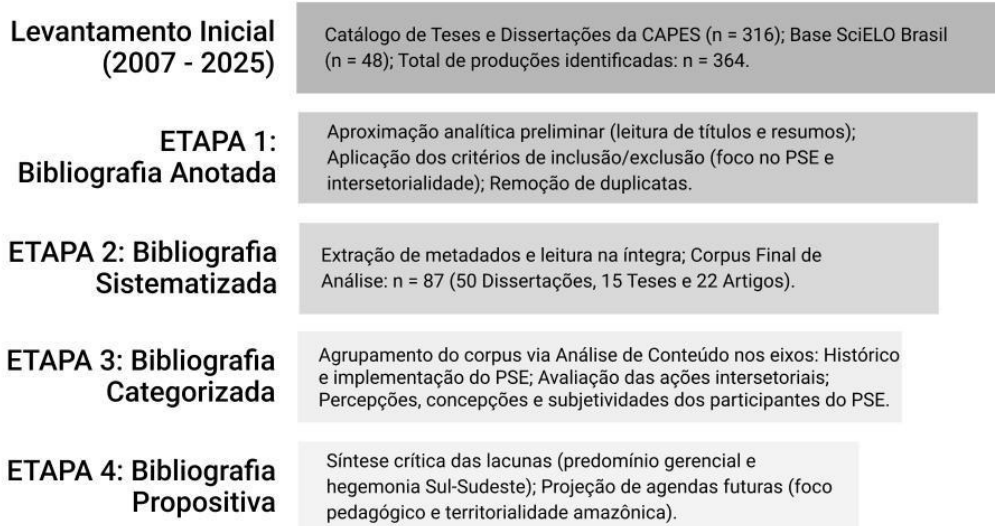
Fonte – Confeccionado pelos autores (2026)

Em relação aos procedimentos analíticos, foram desenvolvidas as etapas propostas por Bardin (2009): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Como unidade de registro

foram considerados trechos dos estudos que abordavam saúde escolar, intersectorialidade ou PSE. Como unidade de contexto, considerou-se o conjunto dos objetivos, resultados e conclusões de cada produção analisada. A recorrência de temas, problemas investigados, enfoques metodológicos e perspectivas teóricas subsidiou a construção das categorias analíticas apresentadas neste estudo.

A análise do *corpus* foi orientada pelas etapas metodológicas do Estado do Conhecimento, conforme sistematização proposta por Morosini, Nascimento e Nez (2021), organizadas em quatro momentos analíticos: Bibliografia Anotada, correspondente ao levantamento e identificação inicial das produções; Bibliografia Sistematizada, voltada à organização e tratamento dos dados bibliográficos; Bibliografia Categorizada, na qual se aplicou a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2009) para identificação dos eixos temáticos emergentes; e, por fim, Bibliografia Propositiva, etapa destinada à reflexão crítica sobre as lacunas identificadas na produção científica e à proposição de agendas investigativas futuras no campo da saúde escolar e da intersectorialidade no âmbito do PSE, conforme fluxograma a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma de preparação e análise do material a partir das etapas do Estado do Conhecimento.



Fonte – Confeccionado pelos autores (2026), com base em Morosini e Fernandes (2014) e Kohls-Santos e Morosini (2021).

2.2 Bibliografia Anotada

A etapa da Bibliografia Anotada corresponde ao levantamento inicial das produções científicas relacionadas ao objeto de estudo e representa o primeiro nível de aproximação analítica com o mesmo. De acordo com Morosini e Fernandes (2014), este momento de identificação e registro cuidadoso dos dados permite examinar individualmente os objetivos, as bases epistemológicas e os contextos de investigação de cada trabalho.

Foram realizadas buscas nas bases de dados selecionadas, com posterior leitura exploratória dos títulos, resumos e palavras-chave, permitindo a identificação preliminar dos trabalhos relacionados ao PSE e às discussões sobre saúde escolar e intersetorialidade. Com a leitura integral do *corpus*, composto por teses, dissertações e artigos científicos, foi possível rastrear as interlocuções preliminares que os autores estabelecem sobre o PSE e a intersetorialidade.

De acordo com as buscas nas bases de dados, seguindo os parâmetros anteriormente estabelecidos (palavras-chave/descriptores, operador booleano, delimitação de intervalo temporal e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos documentos à análise), obteve-se 316 entradas no CTD CAPES e 48 entradas na busca através da SciELO Brasil, retornando um total de 50 dissertações, 15 teses e 22 artigos científicos.

2.3 Bibliografia Sistematizada

A etapa da Bibliografia Sistematizada corresponde à organização e ao tratamento dos dados coletados, incluindo classificação das produções por ano, área de conhecimento, instituição e tipo de publicação. Procedeu-se, nesta fase, à organização quantitativa e descritiva das pesquisas. Segundo Morosini e Fernandes (2014), a sistematização é o que viabiliza mapear o volume, a recorrência e a distribuição espacial e temporal do conhecimento produzido. A partir das 316 entradas iniciais na CAPES e 48 na base SciELO, a sistematização dos metadados dos 87 trabalhos finais (65 acadêmicos e 22 artigos) permitiu visualizar a evolução histórica das publicações e a forte concentração institucional do debate sobre o PSE.

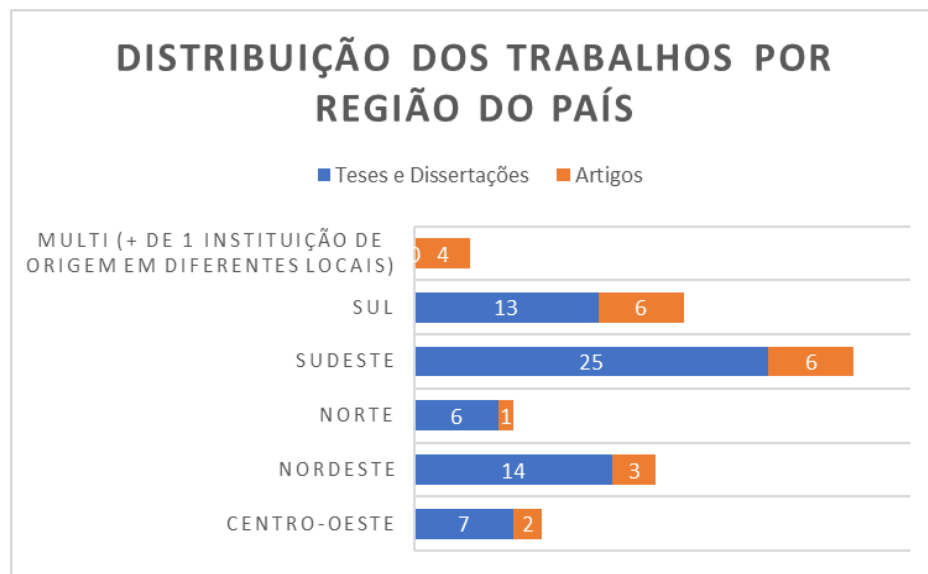
Como esperado, levou alguns anos desde o início da implantação do PSE, que se deu em 2007, para que a primeira produção científica sobre o assunto tomasse forma. A tese de Carlos dos Santos Silva (2010) intitulada “Promoção da Saúde na Escola: modelos teóricos e desafios da intersetorialidade no município do Rio de Janeiro”, através de análise documental, histórica e avaliação de política pública intersetorial, teve como objetivo identificar os principais modelos de saúde escolar e referenciais teóricos que subsidiam suas práticas no contexto brasileiro; analisar a trajetória de um programa de saúde escolar no município do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2009; e dimensionar a institucionalização do PSE no Município do Rio de Janeiro tendo por base os princípios da promoção da saúde e da intersetorialidade.

Pode-se dizer que tal tese, posteriormente fortalecida e transformada em livro (Silva, 2019), pavimentou os demais estudos que se propunham a discutir tais temáticas. Em partes, muitos dos trabalhos seguintes, com relação direta ao tema, guardam semelhanças com este, desde o que tange aos processos de avaliação ou implantação/implementação de uma política intersetorial, até a análise histórica ou a possibilidade de descentralização da concepção do PSE advinda de documentos normativos interesferas governamentais.

Vale ressaltar que a produção acadêmico-científica também é desigual, partindo das iniquidades sociais existentes, também, entre as diferentes regiões do Brasil. O que é explicado, por

exemplo, pelo gráfico a seguir (Figura 2), que apresenta a diferença regional das produções acerca da temática abordada.

Figura 2: Gráfico de distribuição dos trabalhos por região do Brasil, de 2007 a 2025.



Fonte: Confeccionado pelos autores.

Ainda que a região norte do país seja a que mais padeça quanto às questões de saúde e educação, a partir das análises de seus índices e indicadores referentes (Araújo; Rodrigues; Alves, 2015; Lobão; Silva, 2016; Soares Filho *et al.*, 2022), as pesquisas que apontam, efetivamente, panoramas, cenários e perspectivas para o trabalho intersetorial junto às escolas, na concepção da saúde escolar, são carentes, em comparação com as outras regiões de origem.

A leitura do *corpus* analisado evidencia uma expressiva desigualdade regional na produção acadêmica sobre o PSE, refletindo a histórica concentração da pesquisa científica nos grandes centros do Sul e Sudeste do Brasil. Estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul aparecem como protagonistas na autoria e veiculação de dissertações, teses e artigos científicos sobre o tema, enquanto regiões como Norte e Centro-Oeste são marcadas por baixa visibilidade e sub-representação. Essa assimetria não pode ser interpretada apenas como reflexo de desigualdades estruturais no acesso a recursos materiais, programas de pós-graduação ou políticas de fomento. O campo científico, como propõe Pierre Bourdieu (2004), se configura como um espaço social estruturado por relações de força e assimetrias simbólicas, onde os agentes situados nas posições dominantes acumulam maior capital científico, simbólico e institucional, legitimando suas produções como centrais e ofuscando aquelas oriundas de regiões periféricas.

No caso da Amazônia Legal, a escassez de estudos não corresponde à inexistência de demandas concretas, mas à persistente invisibilidade epistêmica dessas realidades no interior do campo acadêmico. Produzir conhecimento nesses territórios significa enfrentar obstáculos que vão além das limitações técnicas: trata-se de disputar lugar de fala e de escuta em um espaço científico

hegemonicamente construído a partir de padrões eurocentrados, sudestinos e urbanos. Morosini e Fernandes (2014) já advertiam que a configuração do campo científico da Educação no Brasil tende a reproduzir hierarquias que relegam saberes locais e experiências periféricas a um lugar de menor prestígio e circulação, mesmo quando esses saberes tratam de questões centrais para a agenda pública, como a promoção da saúde nas escolas.

Como suscita Juliana Merçon (2022, p. 10):

A inclusão de conhecimentos subalternizados e a participação de atores que cultivam estes saberes na construção de alternativas para a vida coletiva, constituem, indubitavelmente, valiosas oportunidades epistêmicas, éticas e políticas.

É necessário combater a marginalização dos saberes produzidos em contextos periféricos, rurais ou amazônicos, como se lhes faltasse legitimidade ou sofisticação analítica. Nesse sentido, visibilizar tais produções, ainda que em menor número, constitui um ato de resistência epistêmica e um movimento de insurgência contra as estruturas hierarquizantes do saber. Não há justiça social sem justiça cognitiva (Santos, 2019), e reconhecer os saberes locais como parte constitutiva da ciência é condição para reconfigurar o campo acadêmico em bases mais plurais e solidárias.

Outra desigualdade se manifesta nos diferentes escopos e visões da saúde escolar e intersetorialidade a partir dos campos de saber. Embora as teses e dissertações apresentem uma distribuição menos desigual entre as áreas de Educação/Humanas e Saúde (proporção aproximada de 4,2:5,8), as publicações em periódicos científicos são predominantemente do campo da Saúde (20 de 22 artigos), revelando um descompasso e pouca receptividade à transversalidade da saúde escolar (proporção de 0,9:9,1).

Esse domínio da Saúde nos periódicos não apenas indica sua hegemonia na tematização do PSE, mas explicita a assimetria simbólica que estrutura o campo científico (Bourdieu, 2004). Essa centralidade reforça um olhar tecnicista, biomédico e fragmentado sobre o programa, marginalizando as abordagens pedagógicas, formativas e interdisciplinares. Tal configuração evidencia que a diferença entre as áreas é epistêmica, representando uma disputa por legitimidade e visibilidade que, ao não reconhecer a transversalidade, incorre no risco de epistemicídio simbólico de saberes periféricos ou intersetoriais (Morosini e Fernandes, 2014; Santos, 2019).

A distribuição das pesquisas evidencia a concentração da produção científica sobre o PSE nas regiões Sul e Sudeste, refletindo desigualdades históricas relacionadas à infraestrutura acadêmica, ao financiamento da pesquisa e à localização dos programas de pós-graduação. Como consequência, contextos das territorialidades amazônicas permanecem menos representados na literatura, limitando a compreensão da diversidade territorial e das múltiplas formas de materialização da intersetorialidade no âmbito do PSE.

2.4 Bibliografia Categorizada

A Bibliografia Categorizada consiste na aplicação da análise de conteúdo para agrupar as tendências do campo. Mais do que classificar informações, o Estado do Conhecimento pressupõe, nesta etapa, uma ruptura com visões fragmentadas do objeto de estudo (Morosini; Fernandes, 2014). Ao analisar as recorrências, as produções foram aglutinadas em eixos temáticos que evidenciam as lógicas de poder, os enfoques metodológicos e as concepções de saúde escolar subjacentes aos estudos analisados, conforme exposto a seguir.

Avançando para esta etapa, foi empregada a técnica de análise de conteúdo para identificação de padrões temáticos presentes nas produções analisadas. A partir da leitura integral dos trabalhos, emergiram categorias analíticas que expressam as principais tendências da produção científica sobre saúde escolar e intersectorialidade no âmbito do PSE.

Na etapa de organização da bibliografia categorizada, empregou-se a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2009), refletindo na emergência de três categorias temáticas a seguir.

2.4.1 Histórico e implementação do PSE como política intersectorial

Esta categoria permite identificar e sistematizar como a literatura tem tratado os marcos normativos, os contextos históricos e os arranjos institucionais que estruturam a formulação e a gestão do PSE. Ela está intimamente relacionada aos fatores históricos, implantação, modelos de gestão e implementação desta política pública e segue identificando as produções relacionadas com um total de 21 dissertações, 4 teses e 6 artigos publicados em periódicos científicos.

A escolha desta categoria se ancora na necessidade de compreender o PSE enquanto política pública complexa, situada historicamente e localizada no entrecruzamento dos campos da saúde e da educação, marcada por tensões históricas, institucionais e conceituais acerca de seu caráter intersectorial, demarcando descompassos claros acerca de seus entendimentos e princípios de ação (Farias 2014; Moura, 2014; Sousa, 2014; Lucena, 2015; Medeiros, 2015; Magalhães, 2015; Dias, 2016; Neves, 2019).

Percebeu-se grandes entraves no que diz respeito à implantação inicial desta política pública, sobretudo em aspectos como comunicação, articulação com atores locais, sobreposição de equipes, ações e agendas, já evidenciando um maior protagonismo delegado ao setor saúde desde seus primeiros passos institucionais (Silva, 2010; Gomes, 2012; Paiva, 2012; Ferreira, 2012; Ferreira *et al.*, 2012; Farias, 2014; Andrade, 2015; Dondoni, 2016; Kusano, 2019; Muñoz, 2019; Pinto, 2021; Alves, 2022; Oliveira, 2023).

Há um destaque para os processos de fragmentação de ações, rotatividade de profissionais, participação inócua ou nula dos Grupos de Trabalho Intersetoriais, formação contínua ou permanente incipiente ou inexistente e dificuldade na produção e coleta de dados sobre o próprio

programa, a fim de direcionar caminhos mais efetivos às necessidades locais (Vieira, 2013; Lucena, 2015; Chiari, 2015; Santos, 2024).

Nessa perspectiva, há uma distribuição desigual dos princípios de intersetorialidade ao longo da linha do tempo das pesquisas sobre a temática, haja vista que sua implantação já iniciou enviesada, desta forma. Porém, alguns estudos (Vieira, 2013; Moura, 2014; Chiari, 2015; Domingues, 2016; Baggio *et al.*, 2018; DallaCosta *et al.*, 2022, Fernandes *et al.*, 2022; Santos, 2023) apontam para suas potencialidades, sobretudo no que tange a processos de integração às comunidades escolares, promoção de processos de desmedicalização e promoção da saúde escolar, propriamente dita (Moura, 2014; Sousa, 2014; Domingues, 2016; Brambilla; Kleba; Dal Magro, 2020; Bandeira, 2021; Oliveira, 2021).

Conforme Morosini e Fernandes (2014), a análise do campo científico requer o reconhecimento das condições de produção dos saberes, o que inclui as políticas educacionais em sua historicidade e os modos como são tematizadas pelos pesquisadores. Nesse sentido, investigar os estudos que abordam a trajetória do PSE permite não apenas mapear sua implementação formal, mas também revelar as disputas simbólicas e os sentidos atribuídos à intersetorialidade como diretriz institucional.

Os estudos desta categoria abordam desde os modelos teóricos de promoção da saúde e suas adaptações às realidades locais, até as tensões inerentes à implantação de uma política pública que requer articulação entre setores historicamente compartimentalizados. Tal movimento analítico permite problematizar, como aponta Morosini (2015), a intersetorialidade não como dado normativo, mas como construção histórica permeada por negociações, disputas simbólicas e embates conceituais.

A partir do supraexposto, infere-se que, ainda que a implantação do PSE tenha sido naturalizada ao protagonismo do setor saúde, há exemplos pontuais de efetiva atuação intersetorial a partir de atores que promovem conceitos e práticas mais amplas desta colaboração entre setores.

2.4.2 Avaliação e análise de ações intersetoriais de saúde escolar

Esta categoria se justifica pela necessidade de compreender o modo como os estudos se apropriam da noção de intersetorialidade na prática, especialmente na execução de ações de promoção e prevenção em saúde no contexto escolar. Ela está relacionada a métodos, técnicas de avaliação e das ações relacionadas à prática intersetorial na conjuntura do PSE e segue identificando as produções relacionadas com um total de 20 dissertações, 8 teses e 12 artigos publicados em periódicos científicos.

Para além da ratificação das ações serem predominantemente realizadas pelo setor saúde, nesta unidade temática é explicitado o caráter essencialmente biomédico-higienista das atividades preconizadas, com valores simplistas ou superficiais dos preceitos de promoção de saúde escolar (Ferreira, 2012; Almeida, 2013; Félix, 2013; Silva Junior, 2014; Farias *et al.*, 2016; Oliveira, 2017; Mattos, 2018; Mello, 2018; Cavalari, 2019; Clem, 2019; Ferolla, 2019; Giongo, 2019; Pereira, 2019; Pinto, 2019; Scaff, 2019; Brambilla; Kleba; Dal Magro, 2020; Orsano, 2020; Severo, 2020; Castanha,

2021; Pereira, 2021; Pereira *et al.*, 2021b; Rumor *et al.*, 2022; Manta *et al.*, 2022; Silveira, 2022; Santos, 2023; Souza, 2023; Metelski *et al.*, 2025).

Tais padrões acabam por suscitar práticas verticalizadas de um setor predominante ao outro, sem adesão real aos processos de educação em saúde, promoção da saúde escolar e, sobretudo, coerência e remanescência das ações, para além de atividades pontuais e desconectadas das realidades das comunidades escolares (Brasil *et al.*, 2017; Vieira, Belisário, 2018; Moraes, 2018; Pereira *et al.*, 2021a; Fernandes *et al.*, 2022; Oliveira *et al.*, 2022).

Porém, nesta temática, foi possível identificar estudos em que os profissionais de educação participaram mais enfaticamente das atividades. Tal premissa indicou que a articulação intersetorial é um processo-chave para a construção de elos reais quanto à promoção de saúde na escola (Carvalho, 2012; Farias *et al.*, 2016; Igdal, 2016; Brasil *et al.*, 2017; Lima, 2017; Moraes, 2018; Pereira *et al.*, 2021a; Mulinari, 2023).

Para além do exposto, também se faz necessário processos de formação permanente aos profissionais intersetores que atuam nesta política pública, porém de modo interdisciplinar e interprofissional, a fim de promover atuações significativas (Giongo, 2019; Medeiros *et al.*, 2019; Pacheco, 2019; Silva, 2023; Soares, 2023; Silva *et al.*, 2025).

Tais estudos demonstram o crescimento de investigações que se voltam às práticas concretas desenvolvidas no interior das escolas e unidades de saúde, a partir da interface entre os setores. Trata-se de estudos que buscam compreender os efeitos, limites e potencialidades do PSE em sua materialidade cotidiana, valendo-se de abordagens qualitativas, análises documentais e técnicas de avaliação participativa.

No entanto, mesmo com esse avanço, é possível perceber certa prevalência de abordagens funcionalistas e técnicas, que reforçam um olhar operacional sobre a política, em detrimento de perspectivas que considerem os sujeitos, as pedagogias implicadas e as redes de significação produzidas no processo. A intersetorialidade, nesse caso, tende a ser representada como instrumento de gestão de recursos e ações, mais do que como princípio formativo e ético-político de ação coletiva. Como adverte Bourdieu (2004), os campos científicos se estruturam em torno de *habitus* e capitais específicos, o que pode limitar o alcance reflexivo das análises quando estas se mantêm restritas a lógicas setoriais ou normativas.

Nesta perspectiva, a leitura crítica da produção, aqui realizada, acaba por possibilitar a identificação de convergências e lacunas. Avaliar como a intersetorialidade ocorre (como protocolos técnicos, como práticas pedagógicas, ou como articulações comunitárias), é fundamental para compreender os paradigmas de saúde escolar em disputa no campo científico brasileiro.

2.4.3 Percepções, concepções e subjetividades dos entes partícipes do PSE

A terceira categoria proposta visa reunir estudos que exploram as experiências, significados e afetividades atribuídas ao PSE por seus sujeitos diretos: gestores, profissionais da saúde e da educação, estudantes e famílias.

Trata-se de uma dimensão analítica que se destaca por deslocar o foco da norma e da técnica para o plano da subjetividade e da micropolítica institucional, revelando como a política é apropriada, tensionada e (re)significada no cotidiano. Essa categoria alinha-se à orientação do Estado do Conhecimento de dar visibilidade não apenas às temáticas recorrentes, mas também às formas de construção do objeto e às posições enunciativas dos sujeitos produtores do saber. Segue-se identificando as produções relacionadas, com um total de 11 dissertações, 2 teses e 5 artigos publicados em periódicos científicos.

A partir da análise de tais textos, percebe-se que muitos trabalhos se relacionam de modo a insurgir percepções de gestores, profissionais de saúde, profissionais de educação, porém poucos relacionados às subjetividades do público-alvo cerne desta política pública, os estudantes, quanto à sua participação efetiva nas tomadas de decisão voltadas ao PSE (Ferreira *et al.*, 2014; Spineli, 2015; Teichmann, 2017; Chaves, 2018; Chiari *et al.*, 2018; Coelho, 2018; Sakai, 2018; Fortaleza, 2019; Pereira, 2019; Pinto, 2019; Silva, 2019; Bombach, 2021; Pereira *et al.*, 2021a; Baroni; Silva, 2022; Ramos, 2022; Scaldaferri, 2022).

Destes estudos anteriores, alguns destacam a participação e articulação intersetorial nas ações, entre os profissionais intersetores, porém há um ruído informacional no que diz respeito às ações planejadas e as executadas. Tal entrave acaba, por vezes, por diminuir o sucesso das atividades pautadas pelo PSE nas escolas, ainda que haja uma boa percepção entre os atores participantes das ações junto às comunidades escolares (Spineli, 2015; Pereira, 2019; Pinto, 2019; Silva, 2019; Bombach, 2021; Pereira *et al.*, 2021a; Ramos, 2022). A falta de alinhamento entre os planejamentos em nível institucional e nas unidades executoras acaba interferindo negativamente na gestão de processos de trabalho executivo do PSE.

Contudo, os estudos que indicam participação dos estudantes expõem percepções e subjetividades um tanto quanto díspares. Oliveira *et al.* (2018) postulam que os estudantes entendem o PSE ora como uma política pública de cuidado, ora como um “favor” proporcionado pelo Estado, sendo por vezes passivos e receptivos aos processos decisórios que permeiam o programa, não possuindo noção clara de seus impactos autônomos para melhorar as práticas ali trabalhadas.

Por outro lado, Marinho (2023) identifica maior corresponsabilidade entre os processos de cuidado e promoção da saúde escolar entre os estudantes e suas famílias, muito por conta da experiência da produção do autocuidado a partir da pandemia de COVID-19, porém também respeitando, conhecendo e atuando a partir dos determinantes sociais de saúde das comunidades escolares pesquisadas.

Conforme destaca Morosini (2014), ao sistematizar o conhecimento científico, é fundamental considerar a pluralidade de abordagens e a polissemia do campo, incluindo estudos qualitativos que valorizem narrativas, escutas e vivências. Nesse sentido, esta categoria permite captar as representações sociais e os sentidos atribuídos ao PSE, o que contribui para o entendimento das práticas intersetoriais não apenas como estruturas operacionais, mas como experiências subjetivas, atravessadas por afetos, saberes e conflitos institucionais.

Estes dados revelam uma lacuna importante no campo de investigação, pois indicam que as experiências, vozes, saberes e afetos dos sujeitos diretamente envolvidos na implementação do

programa, como professores, estudantes, profissionais da saúde, gestores escolares e comunitários, ainda possuem pouca visibilidade analítica. O que está em questão, como alerta Juliana Merçon (2022), é a possibilidade de reconhecer a legitimidade dos saberes subalternizados e os modos plurais de compreender, viver e recriar a intersectorialidade nos territórios. A escassez de pesquisas voltadas a essas dimensões subjetivas e relacionais reproduz, simbolicamente, um silenciamento no interior do campo acadêmico, desconsiderando que são os sujeitos que conferem sentido, materialidade e resistência às políticas públicas.

Diante dessas constatações, faz-se necessário avançar na reflexão crítica sobre os caminhos possíveis para consolidar uma agenda investigativa que valorize a pluralidade dos saberes, as práticas locais e a escuta dos sujeitos.

As categorias identificadas não representam apenas agrupamentos temáticos da literatura analisada, mas expressam também disputas simbólicas e epistemológicas presentes no próprio campo científico. A predominância de estudos voltados à avaliação, implementação e gestão do PSE evidencia a centralidade assumida por perspectivas oriundas das Ciências da Saúde, enquanto temas relacionados às práticas pedagógicas, aos processos educativos e às experiências dos sujeitos permanecem comparativamente menos explorados. Tal configuração sugere que a produção do conhecimento sobre o PSE é atravessada por relações de força que influenciam quais problemas são considerados relevantes, quais abordagens recebem maior legitimidade acadêmica e quais vozes permanecem marginalizadas nos processos de investigação.

2.5 Bibliografia Propositiva

A Bibliografia Propositiva corresponde ao movimento de síntese crítica da produção científica analisada, permitindo identificar lacunas investigativas e apontar possibilidades de aprofundamento para futuras pesquisas. Esta fase traduz o esforço final do Estado do Conhecimento: apontar os silêncios da literatura e projetar novos horizontes investigativos, indo muito além de um resumo dos resultados obtidos (Morosini; Fernandes, 2014).

Esta etapa permite projetar novas demandas investigativas e contribuir para o desenvolvimento teórico e empírico das pesquisas sobre saúde escolar e intersectorialidade no âmbito do PSE. A análise das produções evidencia que grande parte dos estudos sobre o PSE se concentra em abordagens vinculadas ao campo da saúde coletiva, com menor presença de investigações orientadas por perspectivas pedagógicas e educacionais. Observa-se ainda forte concentração regional da produção científica nas regiões Sul e Sudeste do país, o que evidencia a necessidade de ampliação de estudos em contextos historicamente sub-representados, como a região Norte e, particularmente, a Amazônia.

A hegemonia de produções do eixo Sul-Sudeste invisibiliza as táticas de sobrevivência e adaptação do PSE na região Pan-Amazônica. A principal proposição que emerge deste Estado do Conhecimento é a urgência de pesquisas decoloniais e territorializadas, que desloquem o eixo de análise do viés estritamente biomédico para a territorialidade das escolas amazônicas,

compreendendo a intersectorialidade através das vozes dos sujeitos educativos ribeirinhos, rurais e urbanos periféricos.

Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento de investigações que articulem a dimensão pedagógica da saúde escolar com abordagens territoriais e interculturais, valorizando os contextos locais e as especificidades socioculturais das comunidades escolares em pesquisas futuras. Tais investigações podem contribuir para ampliar a compreensão da intersectorialidade não apenas como estratégia de gestão pública, mas como prática educativa comprometida com a promoção da equidade e da justiça social.

O mapeamento revelou uma hegemonia de estudos avaliativos, de viés gerencial, concentrados no eixo Sul-Sudeste. Diante disso, propõe-se uma guinada investigativa que analise o PSE sob a ótica estritamente pedagógica e territorializada. Para superação desta conjuntura, o fomento de pesquisas centradas em comunidades escolares amazônicas que tensionem a intersectorialidade podem tentar compreender as realidades de Belém e do estado do Pará não apenas como cenários de aplicação de políticas públicas, mas como espaços produtores de saberes fundamentais para a promoção da justiça social. Recomenda-se, ainda, o fortalecimento de estudos que articulem formação docente, currículo, participação estudantil e territorialidades amazônicas, ampliando a compreensão da intersectorialidade para além dos limites operacionais da gestão pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a produção científica brasileira (2007-2025) sobre o PSE por meio da metodologia do Estado do Conhecimento, com foco na interface entre saúde escolar e intersectorialidade. Ao estruturar a análise a partir das etapas de bibliografia anotada, sistematizada, categorizada e propositiva, este estudo buscou identificar tendências, permanências e lacunas no campo investigado, contribuindo para o mapeamento e a problematização da produção científica sobre saúde escolar e intersectorialidade no Brasil.

A análise revelou que o campo de estudos é marcado por desequilíbrios epistemológicos e pela forte hegemonia da área da Saúde. Este predomínio resulta em abordagens majoritariamente técnico-administrativas e sanitárias, que, por vezes, reduzem a complexidade da saúde escolar em detrimento de análises pedagógicas e educacionais. Essa assimetria reflete disputas e hierarquias no campo científico, condicionando o que é problematizado e publicado.

Entre as principais lacunas, destacam-se a fragilidade na análise da intersectorialidade como práxis política e pedagógica e a abordagem incipiente da formação de professores e profissionais da saúde para atuação intersectorial.

Outro ponto crítico é a invisibilidade das realidades amazônicas e da região Norte, o que evidencia desigualdades estruturais na produção e circulação do conhecimento e o descompasso entre as políticas nacionais e as especificidades territoriais.

Apesar das limitações, o surgimento recente de temas como saúde mental e COVID-19 indica uma ampliação nas demandas de pesquisa. Conclui-se ser urgente o fortalecimento da produção

acadêmica no campo da Educação sobre o PSE, defendendo-o como política educacional comprometida com a formação integral, o cuidado e a justiça social.

Destacamos a utilização exclusiva de produções disponíveis nas bases selecionadas, o que pode ter restringido o acesso a investigações indexadas em outros repositórios nacionais e internacionais.

Como encaminhamentos, sugere-se a ampliação de estudos que priorizem a escola como espaço de escuta e elaboração coletiva, o aprofundamento das noções de intersectorialidade e território, e o desenvolvimento de investigações em contextos amazônicos que articulem saberes locais e tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. A. Práticas intersectoriais do Programa de Saúde na Escola: estudo sobre as ações e interações dos atores sociais envolvidos. 2013. 220f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2013.
- ALVES, J. N. S. Intersectorialidade e interprofissionalidade no Programa Saúde na Escola em São Vicente, SP: percursos e avanços. 2022. 57f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2022.
- ANDRADE, D. A. Intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: uma análise sobre a construção de redes entre saúde e educação, no município do Recife. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2015.
- ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. do S.; ALVES, J. P. da C.. Indicadores educacionais e a ideia da integração do ensino: o ensino médio na Amazônia sob análise. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, n. 3, p. 231-260, 2015.
- BAGGIO, M. A.; BERRES, R.; GREGOLIN, B. P. S.; AIKES, S. Implantação do Programa Saúde na Escola em Cascavel, Paraná: relato de enfermeiros. *Rev Bras Enferm*, v. 71, n. suppl 4, p. 1631-8, 2018.
- BANDEIRA, M. A. O Programa Saúde na Escola: A intersectorialidade entre educação e saúde em Altamira – Pará (2008 – 2019). 2021. 124f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) - Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BARONI, J. G.; SILVA, C. C. B. Percepção de profissionais da saúde e da educação sobre o Programa Saúde na Escola. *Saúde em Debate*, v. 46, n. Especial 3, p. 103-115, 2022.
- BOMBACH, G. D. Programa Saúde na Escola: percepções de multiplicadores sobre facilidades e barreiras do programa em um município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. 2021. 54f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal do Pampa, Uruguai, 2021.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004.

- BRAMBILLA, D. K.; KLEBA, M. E.; DAL MAGRO, M. L. Cartografia da implantação e execução do Programa Saúde na Escola (PSE): implicações para o processo de desmedicalização. *Educação em Revista*, v. 36, p. e217558, 2020.
- BRASIL, E. G. M.; SILVA, R. M.; SILVA, M. R. F.; RODRIGUES, D. P.; QUEIROZ, M. V. O. Promoção da saúde de adolescentes e Programa Saúde na Escola: complexidade na articulação saúde e educação. *Rev Esc Enferm USP*, v. 51, p. e03276, 2017.
- BUSS, P. M.; PELEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis – Rev. Saúde Coletiva*, v. 17, n.1, p. 77-93, 2007.
- CARVALHO, F. F. B. A Saúde na Escola e a Promoção da Saúde conhecendo a dinâmica intersetorial em Duque de Caxias e Nova Iguaçu - RJ. 115f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.
- CASTANHA, V. O enfermeiro na promoção da saúde: articulações entre unidades de saúde e educação básica. 2021. 79f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021.
- CAVALARI NETO, R. As Práticas Intersetoriais no Programa Saúde na Escola (PSE) de Niterói-RJ. 2019. 151f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- CHAVES, M. D. Programa Saúde na Escola (PSE): perspectiva dos atores sociais acerca da intersetorialidade na promoção da saúde. 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.
- CHIARI, A. P. G. A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola no município de Belo Horizonte, MG. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Odontologia em Saúde Pública) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- CHIARI, A. P. G.; FERREIRA, R. C.; AKERMAN, M.; AMARAL, J. H. L.; MACHADO K. M.; SENNA, M. I. B. Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 5, p. e00104217, 2018.
- CLEM, W. L. H. Avaliação do Programa Saúde na Escola (PSE) em unidade de Ensino Fundamental do município de Xapuri – Acre. 2019. 141f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2019.
- COELHO, A. C. L. Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola no município de Santarém-Pará. 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.
- CUNHA, J. C. L.; FRANÇA JUNIOR, R. M.; PEREIRA, F. M. Intersetorialidade das ações do Programa Saúde na Escola na perspectiva da educação inclusiva em Belém-PA. In: PAZ, J. F.; NASCIMENTO, A. K. P.; SILVA, M. R. (orgs). *Saberes em movimento: desafios, competências e práticas reflexivas no ato de ensinar e de aprender*. São Gonçalo do Amarante: FAPAZ; Joinville: Clube de Autores S/A, 2025.
- DALLA COSTA, M. C. Segurança alimentar e nutricional no Programa Saúde na Escola de municípios do oeste do Paraná. 2023. 173f. Tese (Doutorado em Biociências e Saúde) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2023.

- DALLA COSTA, M.; RODRIGUES, R. M.; SCHÜTZ, G.; CONTERNO, S. Programa Saúde na Escola: desafios e possibilidades para promover saúde na perspectiva da alimentação saudável. *Saúde em Debate*, v. 46, n. Especial 3, p. 244-260, 2022.
- DIAS, P. C. Convergência de Ações para o espaço escolar: articulação entre saúde e educação na construção de estratégias intersetoriais de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade em Niterói. 2016. 222f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- DOMINGUES, B. S. Programa saúde na escola: dos documentos às concepções dos(as) gestores(as) de um Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal. 2016. 208f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2016.
- DONDONI, D. Programa Saúde na Escola: a intersetorialidade saúde e educação. 2016. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.
- FARIAS, I. C. V. Análise da Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola no município de Olinda-PE: perspectivas da saúde e da educação. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- FARIAS, I. C. V.; SÁ, R. M. P. F.; FIGUEIREDO, N.; MENEZES FILHO, A. Análise da Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 40, n. 2, p. 261-267, 2016.
- FÉLIX, W. O Programa Saúde na Escola em escolas municipais de Uberlândia - MG. 2013. 171f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.
- FEROLLA, L. M. Efeitos do Programa Saúde na Escola em indicadores municipais de saúde. 2019. 272f. Tese (Doutorado em Ciências: Administração de Organizações) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.
- FERNANDES, W. R.; PIMENTEL, V. R. M.; SOUSA, M. F.; MENDONÇA, A. V. M. Programa Saúde na Escola: desafios da educação em saúde para prevenir Dengue, Zika e Chikungunya. *Saúde em Debate*, v. 46, n. Especial 3, p. 179-189, 2022.
- FERNANDES, L. A.; SHIMIZU, H. E.; PRADO NETO, P. F.; CAVALCANTE, F. V. S. A.; SILVA, J. R. M.; PARENTE, R. C. M. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 46, n. Especial 3, p. 13-28, 2022.
- FERREIRA, I. R. C. Avaliação da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. 2012. 235f. Tese (Doutorado em Odontologia) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.
- FERREIRA, I. R. C.; VOSGERAU, D. S. R.; MOYSÉS, S. J.; MOYSÉS, S. T. Diplomas Normativos do Programa Saúde na Escola: análise de conteúdo associada à ferramenta ATLAS TI. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 12, p. 3385-3398, 2012.
- FERREIRA, I. R. C.; MOYSÉS, S. J.; FRANÇA, B. H. S.; CARVALHO, M. L.; MOYSÉS, S. T. Percepções de gestores locais sobre a intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 56, p. 61-76, 2014.
- FORTALEZA, M. A. Espaço coletivo de aprendizagem sobre a integralidade das práticas educativas em saúde no Programa Saúde na Escola (PSE). 2019. 173f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

- GIONGO, M. J. D. S. Cultura de paz, cidadania e direitos humanos na promoção da saúde: a experiência de quatro escolas no Programa Saúde na Escola no município Duque de Caxias – Rio de Janeiro. 2019. 226f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.
- GOMES, L. C. O desafio da intersetorialidade a experiência do Programa Saúde na Escola (PSE) em Manguinhos, no Município do Rio de Janeiro. 2012. 173f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.
- IGDAL, A. L. M. Conhecimento e literacia em saúde bucal de professores do ensino fundamental: o primeiro passo para ações educativas na escola. 2016. 160f. Dissertação (Mestrado em Odontologia em Saúde Pública) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. Cadernos FUNDAP, n. 22, p. 102-110, 2001.
- JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. Saúde e Sociedade, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.
- KUSANO, L. A. E. Analisando a implementação do Programa Saúde na Escola em um estabelecimento de ensino público do Distrito Federal. 2019. 64f. Dissertação (Mestrado em Formação de Gestores Educacionais) - Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- LIMA, T. S. Programa Saúde na Escola: saberes e diálogos nos caminhos complexos da promoção da alimentação saudável. 2017. 51f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas de Saúde) - Escola FIOCRUZ de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2017.
- LOBÃO, M. S. P.; SILVA, R. G. da. Avaliação do desenvolvimento educacional dos municípios da região Norte do Brasil. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 2, p. 93-120, 2016.
- LUCENA, C. M. F. Dicotomias conceituais: análise sobre a concepção de promoção da saúde utilizada no Programa Saúde na Escola e na Estratégia Saúde da Família. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- MAGALHÃES, R. Constrangimentos e oportunidades para a implementação de iniciativas intersetoriais de promoção da saúde: um estudo de caso. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, n. 7, p. 1427-1436, 2015.
- MANTA, S. W.; CAVALCANTE, F. V. S. A.; PETREÇA, D. R.; TUSSET, D.; GUIMARÃES, J. A. C.; SILVA, J. R. M.; CLAUMANN, G. S. Ações de práticas corporais e atividade física no Programa Saúde na Escola por ciclos de adesão (2014 a 2020). Saúde em Debate, v. 46, n. Especial 3, p. 156-165, 2022.
- MARINHO, M. N. A. S. B. Produção de cuidado na escola em tempos de COVID - 19: saberes, práticas e experiências com foco na cultura e intersetorialidade. 2023. 244f. Tese (Doutorado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023.
- MATTOS, L. B. Avaliação da Promoção da Autorregulação em saúde: estudo no contexto do Programa Saúde na Escola no Rio Grande do Sul/Brasil. 2018. 137f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, 2018.
- MEDEIROS, L. M. R. P. A Gestão do Programa Saúde na Escola no município de Natal/RN: Um estudo de caso. 2015. 79f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

- MEDEIROS, E. R.; FEIJÃO, A. R.; PINTO, E. S. G.; SANTOS, V. E. P. Capacitação profissional no Programa Saúde na Escola sob a perspectiva da Teoria da Complexidade. *Escola Anna Nery*, v. 23, n. 3, p. e20190035, 2019.
- MELLO, M. A. F. C. Ações do Programa Saúde na Escola em municípios da região oeste do Paraná. 2018. 149f. Dissertação (Mestrado em Biociências e Saúde) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.
- MERÇON, J. Investigación transdisciplinaria e investigación-acción participativa en clave decolonial. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, v. 27, n. 98, p. e6614174, 2022.
- METELSKI, F. K.; COELHO, B.; MEIRELLES, B. H. S.; SOUSA, F. M.; VENDRUSCOLO, C.; MELLO, A. L. S. F.. Práticas educativas sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis à luz do pensamento complexo. *Saúde em Debate*, v. 49, n. 144, p. e9290, 2025.
- MORAIS, R. L. Efetivação do Programa Saúde na Escola no município de Acaraú-CEARÁ. 2018. 96f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.
- MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação Por Escrito*, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.
- MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento e questões do campo científico. *Educação. Revista do Centro de Educação, Santa Maria*, v. 40, n. 1, p. 101-116, 2015.
- MOROSINI, M. C.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. Estado do conhecimento: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.
- MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. do; NEZ, E. de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. *Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 55, p. 69-81, 2021.
- MOURA, S. M. Programa Saúde na Escola: um instrumento da intersectorialidade na promoção da saúde. 2014. 108f. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- MULINARI, G. Princípios da educação sobre temas relacionados à saúde: em busca de possibilidades para ser docente no Programa Saúde na Escola. 2023. 192f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- MUÑOZ, M. C. M. Análise da implementação do Programa Saúde na Escola em um município do estado de São Paulo. 2019. 66f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- NEVES, M. J. Perspectivas intersectoriais para o ensino de ciências: uma análise do Programa Saúde na Escola – PSE. 2019. 124f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de São Paulo, Diadema, 2019.
- OLIVEIRA, F. P. S. L. Avaliação do Programa Saúde na Escola com foco na integração entre Unidade Básica de Saúde e Escola de Ensino Fundamental: um estudo de caso em Belo Horizonte, Brasil. 2017. 226f. Tese (Doutorado em Odontologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- OLIVEIRA, F. P. S. L.; VARGAS, A. M. D.; HARTZ, Z.; DIAS, S.; FERREIRA, E. F. Percepção de escolares do ensino fundamental sobre o Programa Saúde na Escola: um estudo de caso em Belo Horizonte, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 9, p. 2891-2898, 2018.

OLIVEIRA, F. P. S. L.; VARGAS, A. M. D.; HARTZ, Z.; DIAS, S.; FERREIRA, E. F. Integração das ações do Programa Saúde na Escola entre profissionais da saúde e da educação: um estudo de caso em Belo Horizonte, Minas Gerais. *Saúde em Debate*, v. 46, n. especial 3, p. 72-86, 2022.

OLIVEIRA, R. C. A. Educação e Saúde: a gestão do Programa Saúde Na Escola (PSE) no município de Tucuruí –PA e a melhoria da saúde e aprendizagem na escola básica. 2021. 153f. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) - Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

OLIVEIRA, A. A. B. Programa Saúde na Escola Carioca e Educação Infantil: implementação de uma política pública intersetorial na cidade do Rio de Janeiro. 2023. 120f. Dissertação (Mestrado em Informática) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2023.

ORSANO, M. N. M. M. Ações intersetoriais no âmbito escolar do Programa Saúde na Escola (PSE) em escolas públicas de Brasília/DF. 2020. 77f. Dissertação (Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias) - Universidade Pitágoras Unopar, Londrina, 2020.

PACHECO, J. G. Programa Saúde na Escola: Conhecimento, participação e avaliação de professores de escolas públicas do ensino fundamental. 2019. 57f. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PAIVA, G. M. Análise do Programa Saúde na Escola no município de Fortaleza. 2012. 140f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2012.

PEDROSO, R. T.; VIEIRA, M. E. M. Humanização das práticas de saúde: transversalizar em defesa da vida. *Interface (Botucatu)*, v. 13, n. suppl. 1, p. 695-700, 2009.

PEREIRA, F. M. Percepções, Vivências e Perspectivas de Professores sobre o Programa Saúde na Escola. 2019. 90f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

PEREIRA, F. M.; CONCEIÇÃO, L. C.; PAIVA, E. K. S.; SILVA, D. R. S.; ARAÚJO, M. D. O.; SANTOS, R. S. *et al.* Promoção da saúde e as demandas da saúde escolar: uma revisão integrativa da literatura. In: Praxedes, M. F. S. Políticas e práticas em saúde e enfermagem 5. Ponta Grossa – PR: Atena, 2022.

PEREIRA, F. M.; LIMA, W. A.; LOPES, A. L. N.; NASCIMENTO, L. S. Perceptions, experiences and perspectives on school health and the School Health Program: the teachers' viewpoint on the municipal health network of Belem-PA. *Physis – Rev. Saúde Coletiva*, v. 31, n. 1, p. e310126, 2021a.

PEREIRA, I. C. Práticas educativas dos nutricionistas no Programa Saúde na Escola. 2021. 119f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Comunidade) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

PEREIRA, M. D.; MOUTAIN, I.; FARIA, R. G. S.; CORDEIRO, D. R.; VIEGAS, S. M. F. Ações intersetoriais entre a saúde e a educação: apontamentos para o programa saúde na escola. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, n. 2, p. e310224, 2021b.

PINTO, R. M. G. Práticas intersetoriais entre educação, saúde e SAN: Um olhar para o excesso de peso em escolares de Planaltina. 2019. 145f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas de Saúde) - Escola FIOCRUZ de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2019.

- PINTO, F. A. Saúde na Escola: possibilidades e desafios num diálogo intersetorial entre equipes de educação e de saúde. 2021. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2021.
- RAMOS, J. G. Percepções dos Profissionais da Saúde e da Educação sobre o Programa Saúde na Escola no Território da ALEMOA, município de Santos. 2022. 107f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2022.
- RUMOR, P. C. F.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; SOUZA, J. B.; MANFRINI, G. C.; SOUZA, J. M.. Programa Saúde na Escola: potencialidades e limites da articulação intersetorial para promoção da saúde infantil. *Saúde em Debate*, v. 46, n. Especial 3, p. 116-128, 2022.
- SAKAI, M. Y. Diálogos com os profissionais do Programa Saúde na Escola: potencialidades e fragilidades de uma experiência. 2018. 70f. Dissertação (Mestrado em Formação Interdisciplinar em Saúde) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SANTOS, B. de S. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SANTOS, L. L. M. Programa Saúde na Escola: Identificação das ações de promoção da alimentação saudável, perfil do consumo alimentar e estado nutricional de escolares no estado do Mato Grosso do Sul. 2023. 101f. Tese (Doutorado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro Oeste) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.
- SANTOS, G. B. Políticas públicas intersetoriais: convergências entre educação em saúde e alimentação escolar. 2023. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2023.
- SANTOS, E. M. Os grupos de trabalho intersetorial e o Programa Saúde na Escola: impactos para a realidade. 2024. 161f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2024.
- SCAFF, L. A. Construção do modelo lógico do Programa Saúde na Escola no âmbito nacional. 2019. 132f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- SCALDAFERRI, M. M. Intersetorialidade entre educação e saúde nas políticas públicas: ações nos municípios do médio sudoeste da Bahia. 2022. 147f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.
- SEVERO, F. N. Análise da efetividade do Programa Saúde na Escola no município de Quixeramobim - CE. 2020. 156f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.
- SILVA, C. S. Promoção da saúde na escola: modelos teóricos e desafios da intersetorialidade no município do Rio de Janeiro. 2010. 198f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.
- SILVA, C. S. Saúde na Escola: intersetorialidade e promoção da saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2019.
- SILVA, R. P. G. Programa Saúde na Escola: significações de agentes de um município amazônico. 2019. 147f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

- SILVA, L. T. Avaliação da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: estudo de caso de um município de Minas Gerais. 2023. 138f. Dissertação (Mestrado em Odontologia em Saúde Pública) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
- SILVA L. T.; LIMA, C. A. S. O.; VARGAS, A. M. D.; PORDEUS, I. A. Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: estudo de caso de um município de Minas Gerais, Brasil. *Interface (Botucatu)*, v. 29, p. e230431, 2025.
- SILVA JUNIOR, A. J. Programa Saúde na Escola: limites e possibilidades intersetoriais para o desenvolvimento do autocuidado. 2014. 160f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- SILVEIRA, H. S. M. Ações e estratégias educativas para promoção da saúde do adolescente no âmbito do Programa Saúde na Escola: uma revisão integrativa. 2022. 60f. Dissertação (Mestrado em Hebiatria) - Universidade de Pernambuco, Recife, 2022.
- SPINELLI, M. E. Programa Saúde na Escola: o “novo” desafio da intersetorialidade entre saúde e educação. 2015. 190f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- SOARES, D. F. O. Programa Saúde na Escola: Potencialidades e desafios no contexto da pandemia de covid-19. 2023. 84f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) - Escola FIOCRUZ de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2023.
- SOARES FILHO, A. M.; VASCONCELOS, C. H.; DIAS, A. C.; SOUZA, A. C. C. de; MERCHAN-HAMANN, E.; SILVA, M. R. F. da. Atenção Primária à Saúde no Norte e Nordeste do Brasil: mapeando disparidades na distribuição de equipes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 377–386, jan. 2022.
- SOUSA, M. C. Saúde na Escola: analisando os caminhos da intersetorialidade. 2014. 99f. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- SOUZA, V. S. P. Programa Saúde na Escola e Prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis em uma escola do Rio de Janeiro. 2023. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2023.
- TEICHMANN, D. E. A violência intrafamiliar contra a criança: uma experiência num território do SUS. 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.
- VIEIRA, M. E. M. Programa Saúde na Escola: a intersetorialidade em movimento. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- VIEIRA, L. S.; BELISÁRIO, S. A.. Intersetorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola. *Saúde em Debate*, v. 42, n. especial 4, p. 120-133, 2018.

Recebido em: 16 de fevereiro de 2026.

Aprovado em: 14 de junho de 2026.

ⁱ Fabricio Moraes Pereira. Mestre em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2019); Doutorando em Educação (UFPA); Técnico em Assuntos Educacionais na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA), integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, (EPsTEM/UFPA). Belém, Pará, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0186671383753648>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8937-4409>

E-mail: fabriciomoraes@ufpa.br

ⁱⁱ Letícia Carneiro da Conceição. Doutora em Educação, pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2021); Professora AD-4 na Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC); integrante do Grupo de Pesquisa em Educação (EPsTEM/UFPA). Belém, Pará, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1868930226340778>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3302-0089>

E-mail: carneiroleticial@gmail.com

ⁱⁱⁱ Carlos Jorge Paixão. Doutor em Educação, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 1998); Professor Adjunto IV na Universidade Federal do Pará (UFPA); Líder do Grupo de Pesquisa em Educação (EPsTEM). Belém, Pará, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5926523492011056>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4528-9907>

E-mail: cjp@ufpa.br